



Delft University of Technology

Taxonomias do significado cultural do património: valores e atributos

Tarrafa Pereira da Silva, A.M.; Pereira Roders, A.

DOI

[10.34623/vt4s-7r64](https://doi.org/10.34623/vt4s-7r64)

Publication date

2021

Document Version

Final published version

Published in

Gestão do Património Cultural: experiências e desafios

Citation (APA)

Tarrafa Pereira da Silva, A. M., & Pereira Roders, A. (2021). Taxonomias do significado cultural do património: valores e atributos. In C. Almeida Marado, T. Valente, & J. Pedro Bernardes (Eds.), *Gestão do Património Cultural: experiências e desafios* (1 ed., pp. 10-31). University of Algarve. <https://doi.org/10.34623/vt4s-7r64>

Important note

To cite this publication, please use the final published version (if applicable).
Please check the document version above.

Copyright

Other than for strictly personal use, it is not permitted to download, forward or distribute the text or part of it, without the consent of the author(s) and/or copyright holder(s), unless the work is under an open content license such as Creative Commons.

Takedown policy

Please contact us and provide details if you believe this document breaches copyrights.
We will remove access to the work immediately and investigate your claim.

Green Open Access added to TU Delft Institutional Repository

'You share, we take care!' - Taverne project

<https://www.openaccess.nl/en/you-share-we-take-care>

Otherwise as indicated in the copyright section: the publisher is the copyright holder of this work and the author uses the Dutch legislation to make this work public.



GESTÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

experiências e desafios

CATARINA ALMEIDA MARADO
TERESA VALENTE
JOÃO PEDRO BERNARDES
(editores)



UALg

UNIVERSIDADE DO ALGARVE



Centro de Estudos
em Arqueologia
Artes
e Ciências do Património

GESTÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

CATARINA ALMEIDA MARADO
TERESA VALENTE
JOÃO PEDRO BERNARDES
(editores)

experiências e desafios

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Gestão do Património Cultural.
Experiências e desafios

EDITORES

Catarina Almeida Marado
Teresa Valente
João Pedro Bernardes

TEXTOS

Ana Pereira Roders
Ana Tarrafa Silva
Blanca del Espino Hidalgo
Catarina Almeida Marado
Catarina Oliveira
Isabel Valverde
João Pedro Bernardes
Miguel Reimão Costa
Patrícia Dores
Susana Araújo
Tânia Rodrigues
Teresa Valente
Tiago Candeias
Vitor Ribeiro

DESIGN GRÁFICO

TVM Designers

IMAGEM DA CAPA

CIIPC/CMVRS

IMPRESSÃO

Guide – Artes Gráficas, Lda.

ISBN [EDIÇÃO IMPRESSA]

978-989-9023-62-8

DEPÓSITO LEGAL 490388/21

ISBN [EDIÇÃO DIGITAL]

978-989-9023-63-5

DOI 10.34623/vt4s-7r64

<https://doi.org/10.34623/vt4s-7r64>

EDIÇÃO

Universidade do Algarve –
Centro de Estudos em Arqueologia,
Artes e Ciências do Património
© 2021

ÍNDICE

Introdução: as *Aulas Abertas* de Gestão do Património Cultural
como espaço de partilha e discussão

004 CATARINA ALMEIDA MARADO — TERESA VALENTE — JOÃO PEDRO BERNARDES

Taxonomias do significado cultural do património: valores e atributos

010 ANA TARRAFA SILVA — ANA PEREIRA RODERS

Salvaguarda, valorização e reutilização do património:
a experiência dos edifícios monástico-conventuais

032 CATARINA ALMEIDA MARADO

A importância do arquivo na fundamentação de propostas
de carácter urbanístico: duas experiências em Faro

066 TERESA VALENTE — TÂNIA RODRIGUES

Ciudades medias patrimoniales en el sur de Portugal:
equilibrio y sostenibilidad de un patrimonio urbano-territorial

086 BLANCA DEL ESPINO HIDALGO

Património e desenvolvimento local das áreas de baixa densidade:
uma leitura a partir dos programas de reabilitação e revitalização
em rede de pequenos aglomerados rurais

126 VÍTOR RIBEIRO — MIGUEL REIMÃO COSTA

Novas experiências na investigação, interpretação e usufruto
do património em Cacela

158 CATARINA OLIVEIRA — PATRÍCIA DORES — SUSANA ARAÚJO

«Na prática a teoria é outra»: um contributo para a implementação
de metodologias adequadas de intervenção no património

190 ISABEL VALVERDE

Conectar os jovens ao património através do Minecraft:
uma aproximação a novas abordagens de educação patrimonial

220 TIAGO CANDEIAS

TAXONOMIAS DO SIGNIFICADO CULTURAL DO PATRIMÔNIO: VALORES E ATRIBUTOS

ANA TARRAFA SILVA

TU Delft

UNESCO Chair on Heritage and Values: Heritage and the Reshaping
of Urban Conservation for Sustainability

ANA PEREIRA RODERS

TU Delft

UNESCO Chair on Heritage and Values: Heritage and the Reshaping
of Urban Conservation for Sustainability

1. SIGNIFICADO CULTURAL

Reconhecido na Carta de Burra do ICOMOS Austrália¹ como parte central do processo de gestão dos bens patrimoniais, o conceito de significado cultural descreve o conjunto de valores (*significados*) conferidos a um bem, e que poderão estar presentes quer no sítio em si, na sua estrutura e conjunto (material), ou no seu uso, associações, significados, interpretações, registos, lugares associados ou outros objetos (imaterial). É esse conjunto de valores que justifica o *status* excecional de património de uma determinada comunidade². Aquilo que foi herdado e é valorizado, e por isso, selecionado para ser preservado para as gerações futuras. Por outras palavras o significado cultural é o conjunto de razões dadas para justificar o que decidimos preservar hoje, devido à sua excecionalidade, e assim, designamos por património cultural. Emerge da sobreposição de valores (*porque*) e dos atributos (*o quê*), sejam estes materiais – lugares históricos, edifícios, monumentos, peças de museus ou arquivos, jardins; ou imateriais – costumes, desportos, música, dança, folclore, artesanatos, técnicas e conhecimento³.

A avaliação do significado cultural tem sido progressivamente introduzida como etapa primeira e fundamental em qualquer processo de gestão patrimonial. Seja na avaliação do impacto de intervenções sobre bens patrimoniais (direto ou indireto), ou na definição, *a priori*, do que no campo da proteção do património natural se designa por *Limites das Alterações Aceitáveis*. Condicionantes geralmente reguladas pela legislação nacional e/ou municipal, e que informam eventuais visões e decisões projetuais.

Ainda que bastante debatidos na literatura, poucas são as metodologias desenvolvidas, testadas e discutidas para descodificar o significado do património cultural. De referir,⁴ a *Metodologia de Avaliação do (Impacte no) Valor Patrimonial*⁵,

¹ ICOMOS, 1999.

² AVRAMI *et al.*, 2000.

³ HERITAGE COUNCIL, 2021; UNESCO, 2011.

⁴ Estas três metodologias que identificamos foram apresentadas e discutidas num *workshop* em Março de 2019 na Universidade Técnica de Delft, organizado pelas autoras deste artigo, e que contou com mais de trinta participantes, entre docentes, investigadores e consultores.

⁵ TARRAFA SILVA & PEREIRA RODERS, 2012.

baseada nas categorias de *Valores Culturais*⁶ e de *Atributos Urbanos*⁷; a *Grelha baseada no Documento de Nara sobre a Autenticidade*, onde se cruzam as *características* do bem com as suas *dimensões* – *artística, histórica, social ou científica*⁸; ou a *Matriz do Valor Patrimonial*⁹ aplicada nos estudos de graduação na Universidade Técnica de Delft, que cruza as *características* de Brand¹⁰ com os *valores* de Riegl¹¹. No contexto português, destaca-se a proposta metodológica para a *Carta do Património do Seixal*¹², onde para além de elencar e descrever uma dezena de valores – arqueológico, histórico, artístico, técnico-científico, económico, social, patrimonial, simbólico, legal, potencial de reutilização -, ultrapassando a referência geral da Lei de Bases do Património Cultural¹³, propõe um método de avaliação para aferir o seu valor ponderado através de uma escala valorativa.

Apesar da inovação e relevância de cada uma destas metodologias da avaliação do significado cultural para a gestão e intervenção no existente, todas elas, à exceção da *Metodologia de Avaliação do (Impacte no) Valor Patrimonial – MA(I)VP*¹⁴ que aqui apresentaremos, não definem as suas categorias, ou como no caso da proposta de Raposo¹⁵ definições pouco precisas, enfraquecendo todo o processo que se quer rigoroso, sistemático e progressivamente objetivo. Este rigor na descrição de cada uma das categorias de *valores* («dimensões») e dos *atributos* («características») é por isso, um dos fatores que melhor distingue a MA(I)VP aqui discutida.

Mais do que os descrever, pretende-se com este texto, contribuir com uma breve reflexão crítica sobre o significado do património cultural e da sua gestão, em particular na sua dimensão urbana, introduzindo as tipologias de valores culturais e de atributos urbanos que dão corpo à metodologia MA(I)VP, e a sua evolução

⁶ PEREIRA RODERS, 2007.

⁷ VELDPAUS, 2015; GUTSCOVEN, 2016.

⁸ BALEN, 2008.

⁹ CLARKE, KUIPERS & STROUX, 2020.

¹⁰ BRAND, 1994.

¹¹ RIEGL, 1903.

¹² RAPOSO, 2005.

¹³ Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro.

¹⁴ TARRAFA SILVA & PEREIRA RODERS, 2012. Para uma economia de espaço a referência a esta metodologia específica será substituída pelo acrónimo MA(I)VP.

¹⁵ RAPOSO, 2005.

decorrente das experiências didáticas e académicas ao longo da última década. Por fim, são discutidos os desafios emergentes e que procuraremos explorar futuramente.

Esta metodologia tem como objetivo ajudar na criação de competências e atitudes para a identificação, progressivamente mais sistemática e rigorosa das várias dimensões e natureza dos bens patrimoniais, e assim contribuir para decisões de gestão e intervenção, cada vez mais robustas e sustentáveis.

2. TAXONOMIAS INTERPRETATIVAS: DOS VALORES AOS ATRIBUTOS

Na procura de uma intervenção eficiente e por isso consciente dos elementos e manifestações a conservar, é fundamental a construção de metodologias de avaliação rigorosas, suportadas na identificação sistemática do significado cultural, i.e., valores (porquê conservar) e atributos (o que conservar). A indefinição destes parâmetros, que justificam a ação, raramente detalhados em inventários e processos de classificação, é o que muitas vezes conduz a uma certa discricionariedade nas intervenções e consequentemente à negligência dos atributos e respetivos valores, que afinal se queriam proteger¹⁶. É pois, urgente detalhar e sistematizar esta informação, uniformizar os conceitos sem no entanto «se perder de vista» a singularidade do que faz tais bens serem considerados património cultural.

Para se alcançar uma maior robustez, é fundamental a utilização de um léxico claro e universal, que possa ser facilmente replicado e entendido por todos. As tipologias de valores culturais e atributos urbanos¹⁷ têm sido usadas (à semelhança das chaves taxonómicas da biologia) na interpretação de referências ao significado cultural dos bens patrimoniais. A descrição detalhada de cada uma destas categorias de valores e atributos, e por isso designadas por *taxonomias*¹⁸, permite a organização e sistematização de informação tradicionalmente

¹⁶ MASON *et al.*, 2002.

¹⁷ TARRAFA SILVA & PEREIRA RODERS, 2012; VELDPAUS, 2015.

¹⁸ VELDPAUS, 2015.

dispersa e sumária, em dados passíveis de ser integrados em processos de monitorização e avaliação do impacto patrimonial.

VALORES – PORQUE É IMPORTANTE CONSERVAR

Os valores culturais são as razões que suportam a ação de classificar e conservar o património cultural. São a base da designação de um bem como património cultural, e que por isso deve ser mantido para fruição das gerações presentes e futuras. Podem ser extrínsecos e por isso subjetivos, mas também intrínsecos e por isso objetivos. Ou seja, embora a perceção sobre eles possa alterar-se, alguns permanecem¹⁹, mudam com o tempo, mas não no tempo. Diferentes comunidades – geracionais, profissionais, geográficas, sociais – e até indivíduos, podem atribuir um peso e importância distintos a cada valor do mesmo bem patrimonial, e ainda assim os valores permanecerem os mesmos.²⁰

Desde a distinção de Alois Riegl²¹ entre o valor Memorial (antiguidade, histórico e comemorativo) e o valor de Atualidade (uso, artístico, inovação)²², outras tipologias de valores foram sendo propostas e algumas integradas em políticas nacionais e internacionais de conservação patrimonial, como a nossa atual Lei de Bases do Património Cultural²³. Sendo a sua *razão*, as categorias de valores foram refletindo a evolução e alargamento do próprio conceito de património, desenvolvendo-se em escala (urbanismo e geografia), e integrando noções de outras disciplinas como a biologia ou a ecologia, e diversificando a sua natureza incluindo o património digital, e cada vez mais, as manifestações imateriais (psicologia, linguística, música, antropologia, sociologia)²⁴.

Apesar da crescente diversidade de valores, assim como do papel do significado cultural nos processos de gestão patrimonial, a sua identificação é ainda um processo pouco rigoroso. Particularmente devido à ausência de uma definição clara e universal que informe um processo de *significance assessment* metódico,

¹⁹ HODDER, 2000.

²⁰ PEREIRA RODERS & HUDSON, 2010.

²¹ RIEGL, 1903.

²² JOKILEHTO, 2007.

²³ Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro.

²⁴ JUDSON & IYER-RANIGA, 2010; McCLELLAND *et al.*, 2013.

sistemático e rigoroso. É esta lacuna que Ana Pereira Roders procurou colmatar na sua *Re-Architecture*²⁵ e na proposta de uma *taxonomia* de valores culturais, decorrente da análise exaustiva e sistemática dos principais tratados teóricos e cartas onde têm fundamentado as orientações internacionais para a conservação do património construído. Pereira Roders identificou, descreveu e agrupou os valores culturais mencionados desde o Renascimento em oito categorias (valores primários), que por sua vez se dividem em parâmetros com a respetiva definição (Tabela 1). Aos quatro valores reconhecidos na Convenção para a Proteção do Património Mundial²⁶ – histórico, estético/artístico, científico e social – foram integrados os três pilares do desenvolvimento sustentável – ecológico, económico e social -, o valor político²⁷, e resgatado o valor de antiguidade de Riegl²⁸ em contraponto ao valor histórico²⁹.

Com este trabalho, Pereira Roders³⁰ confirmou as hipóteses colocadas por Randall Mason³¹ e Maria de la Torre no seu pioneiro estudo sobre valores: (a) o domínio dos valores tradicionais como o valor histórico; (b) a existência de uma natureza mais vasta de valores integrados nos bens patrimoniais; e (c) o contributo de uma tipologia para mitigar múltiplas interpretações, fornecendo um guia eficaz e neutro, para ser usado por todos os envolvidos na gestão de bens patrimoniais.

²⁵ PEREIRA RODERS, 2007.

²⁶ UNESCO, 1972.

²⁷ RIGANTI & NIJKAMP, 2005.

²⁸ RIEGL, 1903.

²⁹ TARRAFA SILVA & PEREIRA RODERS, 2012.

³⁰ PEREIRA RODERS, 2007.

³¹ MASON, 2002.

TABELA 1 TAXONOMIA DE VALORES CULTURAIS

(PEREIRA RODERS, 2007; TARRAFA SILVA & PEREIRA RODERS, 2012; SPECKENS, 2010)

PARÂMETRO	DESCRIÇÃO
SOCIAL	Espiritual Crenças, religiões, imaginário coletivo (estórias, lendas), religiões organizadas.
	Emocional individual Parte da identidade individual, relativo à memória e experiências. Relacionado com experiências de vida pessoais. A arquitetura como condição de memória (Ruskin).
	Emocional coletivo Memória e experiência coletiva; identidade cultural, motivação e orgulho coletivo, espontâneos ou motivados. «Culto passivo da identidade comum».
	Alegórico Parte de alegoria, relacionada com o estatuto social, a aparência e a percepção figurativa. Representação de uma realidade ou entidade abstrata.
ECONÓMICO	Uso/função Valor de mercado;
	Inutilidade/ Não-uso Obsoleto, função expirada. Deverá ser tido em consideração o(s) antigo uso e o valor não-uso. Sem valor de mercado.
	Entretenimento Animação permanente ou temporária; valoriza economicamente o edifício.
	Alegórico Estatuto económico.
POLÍTICO	Educacional Formação de mentalidades. Instrumento político didático.
	Gestão Produto de uma estratégia de administração; faz parte dos planos de gestão urbana.
	Entretenimento A sua função contribui para a sociedade civil. Ferramenta para incutir orgulho nacional, imperialista, etc.
	Simbólico Peça emblemática, relacionada com o poder, a autoridade e a prosperidade.
HISTÓRICO	Educacional / Académico Contributo importante para o desenvolvimento do conhecimento, e consequentemente para o progresso civilizacional.
	Histórico-artístico Raridade, o melhor exemplo de marca do trabalho de um indivíduo em particular, ser único ou o melhor de entre os pares, excecional.
	Histórico-conceptual Materialização de conceitos relativos a estilos ou movimentos históricos.
	Simbólico Marco de algo passado (evento, movimento, etc.).
	Arqueológico Contêm evidências arqueológicas que remetem para civilizações antigas.

	PARÂMETRO	DESCRIÇÃO
ESTÉTICO	Artístico	Produto original de criatividade e imaginação
	Notabilidade	Marca individual do criador, contém a sua «assinatura».
	Conceptual	Materialização de conceitos relativos a estilos, discursos ou movimentos artísticos.
	Testemunho	Exemplar autêntico de uma década, dentro de um estilo e/ou discurso da época. Posiciona o edifício dentro da História de Arte e da Arquitetura.
CIENTÍFICO	Artesanal	Produto único de trabalho humano; recurso a técnicas tradicionais.
	Tecnológico	Engenho, qualidades técnicas e materiais.
	Conceptual	Materialização de conceitos tecnológicos e de engenharia
ANTIGUIDADE	Artesanal	Temporalidade dos materiais e técnicas de construção contidos.
	Maturidade	Contém marcas/alterações dos diferentes utilizadores e gerações, sendo a materialização da sua memória.
	Existencial	Existência de materiais, formas e componentes reutilizáveis ou recicláveis, tendo em atenção a manutenção da patine, se existente.
ECOLÓGICO	Espiritual	Grau de harmonia entre o edifício e a sua envolvente.
	Essencial	Peça de sustentabilidade; Determina a identificação de ideologias ecológicas no seu desenho e construção.
	Existencial	Existência de materiais, formas e componentes reutilizáveis, recicláveis, reprocessados. Ter em conta os recursos humanos e energéticos usados na sua transformação, e saber efetivamente quais os conteúdos em boas condições e os que devem ser substituídos (valor ecológico efetivo).

3. ATRIBUTOS – O QUE É IMPORTANTE CONSERVAR?

No final de 2011 e início de 2012, durante o caso de estudo na Ilha de Moçambique (República de Moçambique) emerge a necessidade de se distinguir os «objetos» de valor (materiais ou imateriais) – os *atributos* – das razões para a sua classificação e conservação³².

Isto facilitou a mitigação de confusões frequentes entre os valores e as manifestações imateriais, assim como numa melhor compreensão sobre suas relações, por exemplo entre os atributos que partilham o mesmo valor, ou dos valores de naturezas similares que partilham diferentes atributos. A identificação de atributos aumentou a capacidade objetiva da metodologia, uma vez que apenas os atributos mencionados podem ser considerados pelo estudo, não abrindo espaço a indagações sobre atributos «subentendidos». Procurava-se assim, usando o mesmo método, reduzir a probabilidade de diferentes investigadores poderem chegar a resultados contraditórios, aumentando a fiabilidade do método.

Sendo a outra metade do significado cultural, também a natureza dos atributos tem acompanhado o próprio crescimento do conceito de património cultural. No entanto, ao contrário dos valores, poucos são os exemplos que discriminam diferentes naturezas de atributos para além dos materiais e imateriais ou, tal como já mencionado, propõe uma descrição precisa de cada categoria, de forma a que a sua identificação seja o mais rigorosa e sistemática possível³³.

Estas são as razões porque as categorias de atributos urbanos propostas por Veldpaus³⁴, tal como dos valores culturais de Pereira Roders³⁵, são taxonomias com melhores condições para serem integradas em processos de avaliação que se pretendem rigorosos e sistemáticos. Baseadas na análise sistemática dos principais documentos que definem a prática da proteção patrimonial ao nível internacional nos últimos 40 anos, estas categorias de atributos (Tabela 2) refletem a própria evolução da disciplina, integrando e detalhando a variedade de categorias para as manifestações imateriais, sejam as tradições ou relações entre objetos, ou

³² DAMEN *et al.*, 2013.

³³ GUTSCOVEN, 2016.

³⁴ VELDPAUS, 2015.

³⁵ PEREIRA RODERS, 2007.

outras materiais, mas menos ortodoxas, como elementos urbanos (muros, mobiliários urbano, etc.), parte de estruturas, jardins ou a forma como o tecido urbano se organiza. Fortemente influenciada pela Recomendação para a Paisagem Histórica Urbana³⁶, esta listagem está no entanto condicionada à escala urbana, ignorando escalas mais pequenas ou diferentes contextos, como monumentos, património museológico ou arqueológico.

TABELA 2 TAXONOMIA DE ATRIBUTOS URBANOS

(VELDPAUS, 2015; GUTSCOVEN, 2016)

CAT.	SUBCAT.	DEFINIÇÃO
MATERIAL	Objeto	Elemento do construído
		Edifício
		Elemento urbano
		Elemento natural
	Área	Conjunto

³⁶ UNESCO, 2011.

CAT. SUBCAT.		DEFINIÇÃO
MATERIAL	Área	Contexto O atributo tangível representa os edifícios ou elementos rodeando, suportando ou contextualizando o património em questão. Enquadra, auxilia no entendimento e frequentemente está – mas não necessariamente – geograficamente próximo.
		Área O atributo tangível representa uma zona numa paisagem (urbana) mais alargada, ou uma combinação específica de elementos culturais e/ou naturais.
	Todo	Paisagem O atributo tangível representa o todo integrado, a paisagem cultural mais alargada incluindo elementos, áreas ou atributos com diversos níveis de significado (mencionados ou localizados).
		Sobreposição O atributo tangível representa uma paisagem ilustrativa da evolução ou do desenvolvimento da sociedade e assentamentos humanos ao longo do tempo, uma diversidade de expressões da interação entre a humanidade e a sua envolvente natural.
IMATERIAL	Relacional	Carácter O atributo imaterial representa características marcantes, ou uma natureza ou qualidade específicas. Isto poderá estar relacionado com um desenho específico (ex.: tipologia, morfologia, layout, composição, proporção) ou uma atmosfera (ex.: tranquilidade, agitação, urbano, rural).
		Objeto-objeto O atributo imaterial representa a relação com outro elemento, localização, lugar ou ambiente relacionado. Frequentemente está relacionado ou é representado por um objeto patrimonial material.
		Concetual O atributo imaterial é a ideia, normas, valores, expressão, estilo em artes ou arquitetura, pretendidos e o desenvolvimento subsequente (fase ou evolução). O atributo está frequentemente relacionado ou representado por um bem patrimonial material.
	Social	Usos O atributo imaterial representa um uso ou função específica (típico, comum, especial) de um lugar ou ambiente.

CAT.	SUBCAT.	DEFINIÇÃO
IMATERIAL	Social	Saberes O atributo imaterial representa práticas, tradições, conhecimento ou costumes (locais) de uma comunidade ou de um grupo. Estes podem ser fenómenos associados com um lugar ou o entendimento do mundo por um grupo de pessoas, e que é transmitido e/ou repetido e experienciado e/ou praticado.
		Associações O atributo imaterial representa associações humanas com um lugar, elemento, localização ou ambiente.
		Comunidades O atributo imaterial representa uma comunidade ou sociedade em si (os seus membros ou indivíduos ou grupos específicos) e/ou a sua identidade ou diversidade culturais.
	Processo	Planeado O atributo imaterial é uma ação, alteração ou processo que é intencional e planeado, determinado pelas estratégias e políticas (burocracia). O atributo é frequentemente um processo de médio ou curto prazo.
		Espontâneo O atributo imaterial representa uma ação, alteração ou processo fragmentado, acidental, espontâneo e natural, sem intervenção de políticas ou estratégias. O atributo é frequentemente um processo de longo prazo.

4. CODIFICAÇÃO DO SIGNIFICADO CULTURAL: UMA METODOLOGIA EM CONSTANTE DESENVOLVIMENTO

Utilizando o método de *análise de conteúdo*³⁷, esta metodologia distingue-se essencialmente pela utilização de categorias rigorosamente descritas. O processo inclui a recolha e organização da informação, através da identificação de cada uma das categorias de valores culturais e atributos urbanos em excertos de textos – *pré-codificação*, sendo que no mesmo excerto podem ser identificadas várias

³⁷ BRYMAN, 2012.

categorias de valores. Esta codificação ou categorização, permite sintetizar informação tradicionalmente prolixa, tornando-a mensurável e consequentemente mais objetiva e potencialmente comparável, sem nunca, no entanto, se perder a singularidade do contexto em questão.

Desde a definição das categorias de valores culturais em 2007³⁸, esta metodologia tem vindo a ser aplicada em múltiplos contextos, geográficos e temáticos, contribuindo para a sua discussão e consequente desenvolvimento. Da análise sobre o impacto no significado cultural de intervenções de reabilitação em edifícios, comparando-se os objetivos do projeto com o resultado final³⁹, até à análise de políticas e práticas de conservação urbana, esta metodologia afirma a sua natureza dialética e criativa, sem nunca deixar de procurar o rigor da sua aplicação.

Destas experiências, destacam-se aquelas desenvolvidas no âmbito do projeto de investigação internacional «*Valor Universal Excecional, Cidades Património Mundial e Sustentabilidade*», liderado por Ana Pereira Roders e Ron Van Oers, que entre 2009 e 2013 envolveram mais de uma dezena de estudantes e profissionais, assim como investigadores da Universidade Técnica de Eindhoven (Países Baixos), em colaboração com as autoridades locais (municípios) das cidades Património Mundial da Humanidade de Willemstad a Macau⁴⁰, de Amesterdão a Moçambique.

Nesta colaboração entre a academia e a prática, a metodologia demonstrou a sua capacidade evolutiva, explorando novas formas, alargando as fontes de informação (secundárias e primárias), o processo de análise (frequência, presenças/ausências, oficiais/outros) e o próprio papel do «investigador» (de observador a colaborador). Explorando a relação entre documentos e fases do processo de classificação dos bens Património Mundial⁴¹, a metodologia confirmou a existência de uma dinâmica volátil dos valores, comparando o pré- com o pós-classificação nas cidades Património Mundial Portuguesas⁴². Dinâmica que denunciava também diferentes interpretações entre instituições, com potenciais implicações para a gestão do bem, e que se procurou explorar integrando

³⁸ PEREIRA RODERS, 2007.

³⁹ PEREIRA RODERS, 2007; TARRAFA SILVA, 2009; MERINO, 2018.

⁴⁰ HUIDS & RIET, 2013.

⁴¹ PEREIRA RODERS & VAN OERS, 2010.

⁴² TARRAFA SILVA & PEREIRA RODERS, 2010.

os investigadores nas equipas de gestão locais. Para além de facilitar o acesso a informação relevante, esta colaboração permitiu comparar a estratégia política definida pelos documentos de gestão, com aquilo que era prática, entendimento e aspirações dos técnicos e decisores locais. Por outro lado, como aconteceu na cidade de Willemstad (Curaçao), o investigador passa de simples observador para parte envolvida no processo, colaborando na análise e definição de estratégias para a gestão do património urbano⁴³. No caso de estudo na cidade de Galle no Sri Lanka⁴⁴, a análise do significado cultural começa a integrar o estudo do bem em si, embora ainda apenas focado num único atributo (varandas), identificado nas declarações de significado cultural, e cujos valores são posteriormente esquadriñados nas políticas de gestão da cidade Património Mundial. Mas será com o caso de estudo da Cidade de Pedra e Cal da Ilha de Moçambique (Tabela 3) e o de Amesterdão⁴⁵, que se opera um desenvolvimento relevante na metodologia com os atributos a demonstrarem a sua multiplicidade e a necessidade de se criar, tal como para os valores, uma taxonomia⁴⁶. Este avanço permitiu um aprofundamento do entendimento sobre as relações entre atributos, a sua natureza (materiais e/ou imateriais) e estes com os valores⁴⁷.

Mais tarde, também as comunidades que usufruem desse património passam a integrar as fontes de informação, quer seja através de inquéritos, como no caso da Ilha de Moçambique⁴⁸, quer mais recentemente, pela análise da informação partilhada nas redes sociais na cidade de Tripoli no Líbano⁴⁹. Este último em particular, permitiu confrontar a visão de dois grupos – residentes e turistas – e explorar as diferenças em relação à natureza, intensidade e distribuição de valores e atributos patrimoniais. Em termos de distribuição, por exemplo, verificou-se uma maior concentração nos centros históricos de bens patrimoniais identificados por turistas, ao passo que a comunidade tem uma visão mais dispersa e abrangente dos mesmos.

⁴³ SPECKENS, 2010.

⁴⁴ BOXEM & FUHREN, 2011.

⁴⁵ BRUIN & BERG, 2013.

⁴⁶ VELDPAUS, 2015.

⁴⁷ GUSTCOVEN, 2016.

⁴⁸ DAMEN *et al.*, 2013.

⁴⁹ GINZARLI, 2018.

TABELA 3 VALORES E ATRIBUTOS NA CIDADE DE PEDRA E CAL DA ILHA DE MOÇAMBIQUE, COM OS VALORES REPRESENTADOS PELAS CORES

(DAMEN *et al.*, 2013)

ATTRIBUTE	TANGIBLE/INTANGIBLE	SOCIAL	ECONOMIC	POLITICAL	HISTORIC	AESTHETIC	SCIENTIFIC	AGE	ECOLOGICAL	ARCHITECTURAL ELEMENTS OF THE ATTRIBUTES
Principal port	I									Harbor, warehouses, hospital
St. Gabriel	T									St. Gabriel
Slave trade	I									Slave houses, 18 th century development
National capital	I									Government buildings
Unequal development	T									Different urban structures
Same building techniques	T									Roof type, plan type, opening type
Same materials	T									Lime stone walls, terrace roof, bamboo and stones, Macuti roof
Same decorative principles	T									Portuguese, Arab, Indian and local principles
St. Sebastian	T									St. Sebastian
Defensive buildings	T									Fortifications
Numerous religious buildings	T									Curches, chapels, mosques, Hindu temple
The architecture of the town on the Island of Mozambique	T									Portuguese, Arab, Indian and local features
The architecture of the fortifications on the Island of Mozambique	T									Portuguese, Arab, Indian and local features
The architecture of the smaller island of St. Laurent	T									Portuguese, Arab, Indian and local features
Island of Mozambique	I									Portuguese vs. Indian Ocean Culture

PDM de	(T) Indefinido	(T) Objeto	(T) Área	(T) Paisagem	(I) Relacional	(I) Social	(I) Processo
Porto							
Portalegre							
Évora							
Viana do Castelo							
Arouca							
Vagos							
Bragança							
Moita							
Santa Marta de Penaguião							
Vila Real							
Lisboa							
Viseu							
Beja							
Celorico da Beira							
Coimbra							
Nelas							
Oliveira do Hospital							
Pombal							

FIGURA 1 Subcategorias de atributos (nível II) identificadas em dezoito Planos Diretores Municipais (TARRAFA SILVA, 2017).

No caso de estudo da cidade de Querétaro (México), identificaram-se ainda outras «categorias», distinguindo-se os valores que são claramente referidos e aqueles, que estando subentendidos, dependem da interpretação do observador⁵⁰; ou, tal como também acontece com os atributos, sendo os mais comuns os «oficiais» e, os ausentes, aqueles que apesar de serem claramente identificados nas fichas de inventário e declarações do significado cultural, não integram as ferramentas de conservação e gestão do património⁵¹. Mas, por outro lado, surgem também evidências sobre a presença de atributos imateriais em alguns regulamentos de Planos Diretores Municipais em Portugal, comprometendo a visão generalizada sobre a natureza exclusivamente material dos instrumentos de gestão territorial⁵².

⁵⁰ BAGHERI, 2013.

⁵¹ BOXEM & FUHREN, 2011.

⁵² TARRAFA SILVA, 2017.

Numa análise comparativa dos resultados de três destes casos de estudo – Querétaro, Amesterdão e Edimburgo⁵³ – demonstrou-se, por exemplo, que os atributos mais frequentemente representados são também os mais valorizados, e que por sua vez os valores mais comuns continuam a ser os valores estéticos e os valores históricos, tradicionalmente mais usados para expressar a importância de determinado bem⁵⁴.

5. DESAFIOS FUTUROS

A utilização de categorias com descrições precisas é um dos aspetos mais aliciantes da MA(I)VP, permitindo que diferentes utilizadores, mesmo não familiarizados com o contexto, sejam capazes de executar (e compreender) as decisões decorrentes das avaliações sobre o significado cultural. No entanto, tal como o objeto da sua avaliação – património cultural – também as categorias de valores e atributos são permeáveis à evolução do pensamento e da sociedade, requerendo por isso uma atualização constante. Por outro lado, o alargamento da sua discussão⁵⁵ e aplicação, vem acentuando a necessidade de abordagens cada vez mais abrangentes e interdisciplinares, nomeadamente da área da psicologia ou da linguística; ou, em particular da computação e inteligência artificial, fundamentais para a investigação com *Big Data*. A revisão das atuais categorias e respetivas descrições assume assim uma importância vital para a manutenção da fiabilidade da metodologia.

Reconhecida e comprovada a multiplicidade de valores e atributos, é pois urgente explorar a complexidade da sua natureza. Perceber e desmistificar a «emotividade» dos valores, isto é, quais os critérios para a definição da sua natureza positiva ou negativa, sob o ponto de vista dos vários atores envolvidos nos processos de gestão patrimonial⁵⁶. Queremos também perceber a evolução dos valores e atributos ao longo do tempo, qual o contexto e a sua utilização ou se existirão valores ou atributos, que sejam sempre identificáveis por diferentes

⁵³ BENNINK & NIEL, 2013.

⁵⁴ GUTSCOVEN, 2016.

⁵⁵ Ver nota 12.

⁵⁶ FOROUGH, 2023.

comunidades, contextos espaciais e temporais. À imagem do que foi iniciado no estudo de cidades como Galé, Amsterdão, Edimburgo e Querétaro, queremos aprofundar o estudo sobre essa natureza dinâmica dos valores e dos atributos, monitorizando e comparando, por exemplo, a sua referência (ou ausência) explícita, ou interpretada, nos documentos de gestão em vários contextos, temporais e/ou territoriais. Ainda sobre a sua natureza, urge perceber os critérios e as condições que denunciam a dimensão inerente e intrínseca dos valores, assim como a sua distinção daqueles integrados e extrínsecos.

Uma década depois, a compreensão e modelação das relações entre valores culturais e atributos urbanos mantém-se um desafio complexo, mas entusiasmante, seja ao nível de como a metodologia pode ser desenvolvida, seja no que se descobre quando aplicada. Ao contrário de outras metodologias⁵⁷, esta não pretende ser usada como uma matriz estática, com relações unidireccionais entre valores e atributos. Apesar da sua inerente dependência, pois sem valores os atributos deixam de ser bens patrimoniais, a identificação de cada valor é independente da de cada atributo, podendo as relações entre eles adotar os mais diversos graus, direções e tipologias. Muitos valores são referenciados sem atributos e atributos sem valores. Uma matriz implica que a relação é sempre definida, o que não é o caso na maior parte das narrativas.

NOTAS FINAIS

Cada vez que surge contestação em torno de uma determinada intervenção – ou pela sua ausência – sobre um bem patrimonial, discutem-se valores e atributos. Porém esta designação patrimonial, assim como as razões que a justificam, nem sempre é explícita, estando muitas vezes essa ambiguidade na raiz da sua incorreta interpretação e negligência. Metodologias como esta que aqui apresentamos, clarificadoras de conceitos e impulsionadoras de boas práticas, revelam-se

⁵⁷ BALEN, 2008; CLARKE, KUIPERS, STROUX, 2020an evaluation scheme based on the Nara Document on Authenticity has been developed and tested. The grid-based scheme identifies the \»aspects\» and \»dimensions\» as defined in article 13 in the Nara document (<https://www.icomos.org/charters/nara-e.pdf>).

urgentes no presente que se quer construtor de amanhã resilientes e sustentáveis. Pese embora as suas (ainda) limitações, fruto da sua *juventude*, esta *Metodologia de Avaliação do (Impacte no) Valor Patrimonial*, baseada nas categorias de *Valores Culturais* de Pereira Roders e de *Atributos Urbanos* de Veldpaus, tem demonstrado a capacidade de aprendizagem e adaptação aos desafios decorrentes da natureza mutável do património como processo de construção social.

Desenvolvida no contexto académico, mas em cooperação com atores locais, esta metodologia constitui uma oportunidade para gestores culturais, técnicos responsáveis pela definição de políticas de gestão e regulamentação, e todos aqueles que pretendam monitorizar ou instruir avaliações sobre os impactos na cidade existente, e assim contribuir para o seu desenvolvimento. Um impacto que será tanto ou mais positivo ou negativo, consoante o conhecimento aferido sobre os valores, os atributos e as suas relações. Quer seja como suporte nas avaliações do significado cultural, ou na sintetização e conversão de um extensivo conjunto de dados em informação mais útil, adequada e fiável. Esta metodologia ajuda os gestores a tomar decisões mais rápidas, baseadas na evidência e assim melhorar as estratégias e os planos de gestão e conservação. Por outro lado, a revelação desta variedade de categorias, de valores, e de atributos, contribui para o alargamento do conhecimento e consciência dos decisores relativamente à pluralidade do património cultural, e consequentemente uma melhor adaptação das estratégias aos desafios atuais e futuros.

A tendência obsessiva dos gestores por dados quantitativos, essencialmente orientados para objetivos económicos, aliada a uma incompreensão sobre a necessidade de associarem esses dados à informação qualitativa, como considerarem a possibilidade de uma maior variedade de valores e dos seus indicadores, enfraquecem quer a metodologia, quer o significado cultural dos bens que gerem. De referir ainda o facto desta prática de avaliação do impacto das estratégias e decisões sobre o património, estar ainda pouco desenvolvida quando comparada com outras avaliações, nomeadamente as de cariz económico ou sobre a condição física.

Naturalmente, a análise do significado cultural, quando extemporânea, quer seja sobre a sua definição ou interpretação, será sempre subjetiva,⁵⁸ mas

⁵⁸ HODDER, 2000.

claramente objetiva sobre o momento em que essas declarações de valor são definidas, e que representam a visão e as aspirações dessa sociedade sobre determinada manifestação cultural. Posteriormente, e em caso de desacordo, deverá ser sempre possível propor a revisão dessas mesmas declarações de significado cultural, para serem mais inclusivas. Do mesmo modo, mesmo que não integradas nos instrumentos de gestão urbana, tais declarações, definidoras dos valores e atributos a ser protegidos, beneficiam desta metodologia para a sua integração e atualização. Esta metodologia tem como objetivo social criar e alargar o conhecimento sobre a pluralidade dos valores e atributos culturais, que a sociedade se predispõe a preservar, em detrimento daqueles que estamos a excluir, e assim contribuir para decisões mais informadas, conscientes, e por isso mais sustentáveis.

Por último, fica um agradecimento às Arquitetas Catarina Marado e Teresa Valente pela oportunidade de divulgação deste trabalho, fazendo votos para que esta tenha sido apenas a primeira década destas *Aulas Abertas*, extraordinários momentos de aprendizagem e discussão dos desafios do património cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVRAMI, E.; MASON, R.; DE LA TORRE, M. – *Values and heritage conservation: Research report*. Los Angeles, 2000.
- BAGHERI, M.; HENRY, T. J.; STUURMAN, T. M. – *Cultural Heritage and Sustainability: Querétaro as a case study*. MSc Thesis on Architecture, co-supervised by Colenbrander, Pereira Roders and Veldpaus. Eindhoven: University of Technology, Eindhoven, 2013.
- BALEN, K. Van – *The Nara Grid: an evaluation scheme based on the Nara Document on Authenticity*. *APT Bulletin: Journal of Preservation Technology*. 39:2–3 (2008) 39–45.
- BENNINK, R. H. J.; van NIEL, W. – *Cultural Heritage and Sustainability: Edinburgh as a case study*. MSc Thesis on Architecture, co-supervised by Colenbrander, Pereira Roders and Veldpaus. Eindhoven: University of Technology, Eindhoven, 2013.
- BOXEM, R.; FUHREN, R. – *Assessing the cultural significance of world heritage cities: the historic centre of Galle as case study*. MSc Thesis on Architecture, co-supervised by Colenbrander, Pereira Roders and Veldpaus. Eindhoven: University of Technology, Eindhoven, 2013.
- BRAND, S. – *How buildings learn: What happens after they're built*. New York : Viking, 1994
- BRUIN, J.A.C.; van den BERG, D. L. – *Cultural Heritage and Sustainability: Amsterdam as a case study*. MSc Thesis on Architecture, co-supervised by Colenbrander, Pereira Roders and Veldpaus. Eindhoven: University of Technology, Eindhoven, 2013.

- BRYMAN, A. – *Social Research Methods*. 3rd Edition. United States: Oxford, 2008.
- CLARKE, N.; KUIPERS, M.; STROUX, S. – Embedding built heritage values in architectural design education. *International Journal of Technology and Design Education*. ISSN 15731804. 30:5 [2020] 867–883. <https://doi.org/10.1007/s10798-019-09534-4>.
- DAMEN, S. G.; DERKS, R.; METGOD, T. L. M.; VELDPAUS, L.; TARRAFA DA SILVA, A.; PEREIRA RODERS, A. R. – Relating the state of authenticity and integrity and the factors affecting World Heritage properties : Island of Mozambique as case study. *International Journal of Heritage and Sustainable Development*. 3:1 [2013].
- FOROUGH, M. – Public Participation and consensus building in heritage management. Delft University of Technology, The Netherlands, 2023 [working document].
- GINZARLY, M.; PEREIRA RODERS, A.; TELLER, J. – Mapping historic urban landscape values through social media. *Journal of cultural heritage*. [2018] <https://doi.org/10.1016/j.culher.2018.10.002>.
- GUTSCOVEN, E. – Attributes of World Heritage cities, sustainability by management – A comparative study between the World Heritage cities of Amsterdam, Edinburgh and Querétaro. MSc Thesis on Conservation of Monuments and Sites. Leuven: Belgium: KU Leuven, 2016.
- HERITAGECOUNCIL – *What is Heritage?* 2021. [Consult. 18 mar. 2021]. Disponível em <https://www.heritagecouncil.ie/what-is-heritage>.
- HODDER, I. – Symbolism, Meaning and Context, in J. Thomas (ed.) *Interpretive Archaeology: A Reader*, London: Leicester University Press, [2000] 86–96.
- HUIDS, N. H. G. M.; RIET, E. P. P. – Cultural Heritage and Sustainability: Macao as a case study. MSc Thesis on Architecture, co-supervised by Colenbrander, Pereira Roders and Veldpaus. Eindhoven: University of Technology, Eindhoven, 2013.
- ICOMOS – *The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance (The Burra Charter)*. Burra: International Council on Monuments and Sites, 1999.
- JOKILEHTO, J. – *History of Architectural Conservation*. Routledge, 2007.
- JUDSON, E.; IYER-RANIGA, U. – Reinterpreting the value of built heritage for sustainable development. In: Armoêda, R.; Lira, S.; Pinheiro, C. (eds.). *Heritage 2010, Heritage and Sustainable Development*. Barcelos: Greenlines Institute for the Sustainable Development, 2010.
- MCCLELLAND, A.; PEEL, D.; HAYES, C. – A values-based approach to heritage planning: Raising awareness of the dark side of destruction and conservation. *Town Planning Review*. Faculty of Art, Design and the Built Environment, University of Ulster, Belfast Campus, BT15 1ED, United Kingdom. ISSN 00410020 [ISSN]. 84:5 [2013] 583–603. <http://www.jstor.org/stable/24579196>.
- MASON, R. – Assessing Values in Conservation Planning: Methodological Issues and Choices, in M. de la Torre (ed.). *Assessing the Values of Cultural Heritage*. Research Report, Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002. 5–30.
- MERINO, T. B. M. – La reutilización adaptativa en el conjunto histórico de Ourense. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Arquitectura e Urbanismo, orientando por Mariana Correia e Goreti Sousa. Vila Nova de Cerveira: Escola Superior Gallaecia, 2018.

- PEREIRA RODERS, A. R.; HUDSON, J. – Change Management and Cultural Heritage. In: Finch, E. (ed.). *Facilities Change Management*. Chichester: John Wiley & Sons, 2011.
- PEREIRA RODERS, A. R., VAN OERS, R. – Outstanding Universal Value, World Heritage and Sustainability: Mapping assessment processes. In Albert, M.-T. (ed.). *World Heritage and Cultural Diversity*, German Commission for UNESCO, 2010.
- PEREIRA RODERS, A. R. – *Re-Architecture: Lifespan rehabilitation of built heritage*. Eindhoven: Eindhoven University of Technology, 2007
- RAPOSO, J. – Carta do Património do Seixal: a inventariação do património em contexto museal. In A. M. Silva, *Cartas Arqueológicas: Do inventário à salvaguarda e valorização do património (Actas de Jornadas)*. Arouca: Câmara Municipal de Arouca, 2005. 23-30.
- RIEGL, A. (1903) – *O Culto Moderno dos Monumentos*. Edições 70.
- RIGANTI, P.; NIJKAMP, P. – Benefit transfers of cultural heritage values: How far can we go? *Proceedings of the European Regional Science Association (ERSA) conference*. Amsterdam: European Regional Science Association, 2005.
- SPECKENS, A. – Revising World Heritage Willemstad: Enhancing Outstanding Universal Value assessment practices. MSc Thesis on Architecture, co-supervised by Colenbrander, Pereira Roders and Veldpaus. Eindhoven: University of Technology, Eindhoven, 2011.
- TARRAFA SILVA, A. – *Historic Urban Landscape approach and spatial planning: Exploring the integration of heritage issues in local planning in Portugal*. Dissertação para obtenção do grau de mestre em Urbanismo e Ordenamento do Território, orientada por Isabel Loupa Ramos e Ana Pereira Roders. Lisboa: Instituto Superior Técnico – Universidade de Lisboa, 2017.
- TARRAFA SILVA, A.; PEREIRA RODERS, A. R – The cultural significance of World Heritage cities: Portugal as case study. In: Armoêda, R.; Lira, S.; Pinheiro, C. (eds.). *Heritage 2010, Heritage and Sustainable Development* (Vol. 1, pp. 253-263). Barcelos: Greenlines Institute for the Sustainable Development, 2010.
- TARRAFA SILVA, A – Sustentabilidade do Património Construído: metodologia para uma avaliação consciente. Trabalho final para obtenção do grau de Licenciada em Património Cultural orientado por Maria Teresa Valente. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Faro. Universidade do Algarve, 2009.
- TARRAFA SILVA, A.; PEREIRA RODERS, A.R. – Cultural Heritage Management and Heritage (Impact) Assessments. In: Michell, K.; Bowen, P.; Cattell, K. (eds.). *Proceedings of the Joint CIB W070, W092 & TG72 International Conference on Facilities Management, Procurement Systems and Public Private Partnership*, 23-25 January, Cape Town, South Africa. Department of Construction Economics and Management. University of Cape Town. 2012. Disponível em https://www.irbnet.de/daten/iconda/CIB_DC24053.pdf. ISBN: 978-0-620-50759-2. pp. 375-382.
- UNESCO – *Convenção para o Património Mundial*. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 1972.
- UNESCO – *Recommendation on Historic Urban Landscapes*. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2011.
- VELDPAUS, L. – *Historic urban landscapes: framing the integration of urban and heritage planning*. Eindhoven: Eindhoven University of Technology, 2015.